

**CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS – COPHAM
1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2021/2023**

1 **ATA DE POSSE DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO**
2 **DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS PARA**
3 **O BIÊNIO 2021 A 2023, CONFORME DECRETO Nº 25.978, DE JUNHO DE 2006,**
4 **E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Ao 13º dia de abril do ano de 2021, às 14h, reuniram-
5 se, de forma presencial e virtual, na sala de reunião do Salão Solimões, sito Avenida
6 Sete de Setembro, nº 1546 – Centro, Manaus, Amazonas, CEP 69005-141,
7 atendendo a convocação realizada por meio do Ofício Circular nº 01/2021-GP/CPHA
8 em 7 de Abril de 2021. Assumiu a presidência o senhor **MARCOS APOLO MUNIZ**
9 **DE ARAÚJO** – Secretário de Cultura e Economia Criativa, conforme dito no Artigo 3º
10 do Decreto nº 25.978/06 e designou o senhor **THIAGO HERMIDO DA SILVA** para
11 auxiliá-lo nos trabalhos como secretário “ad hoc”, convidando o conselheiro com
12 mais idade para a Vice-presidência “ad-hoc” nesta sessão, o senhor **ABRAHIM**
13 **SENA BAZE**. Estando composta a Mesa Diretora da sessão ordinária, foi solicitado
14 ao secretário para que anunciasse a lista de presentes, sendo informado que 6
15 (seis) conselheiros titulares e 1 (um) suplente se encontravam participando por meio
16 físico ou virtual conforme lista anexa. Em ato contínuo, agradeceu a presença de
17 todos e indicou o objetivo do Conselho e as suas competências constantes no Artigo
18 2 do Decreto nº 25.978/06, ressaltando a importância desse colegiado para a cultura
19 de patrimônio histórico e artístico do Estado, explicitando que se retoma essa ação
20 após 10 (dez) anos de paralização e pretende que seja um ato continuado em face
21 da notoriedade do Conselho. Passou para **EXPEDIENTE**, sem nada para ser lido
22 passou-se a Ordem do Dia, a qual foi antecipadamente e regularmente
23 encaminhada aos conselheiros. **ORDEM DO DIA: A) POSSE DOS**
24 **CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES.** Iniciou a posse os membros
25 nomeados pelo Decreto Governamental de 5 de outubro de 2020, publicado no
26 Diário Oficial do Estado da mesma data, para o Biênio 2021/2023. Foram
27 empossados os representantes do Poder Público – **Universidade do Estado do**
28 **Amazonas (UEA):** Eneila Almeida dos Santos (titular), Fábio Carmo Plácido Santos
29 (suplente); **Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de**
30 **Estado de Cultura e Economia Criativa (DPH/SEC):** Regina Maria Lopes Pereira
31 Lobato (titular), Maria do Socorro Gouveia (suplente); **Universidade Federal do**
32 **Amazonas (UFAM):** Rosemara Staub de Barros (titular), Priscila de Oliveira Pinto
33 Maisel (suplente); **Comissão de Promoção Social e Cultura da Assembleia**
34 **Legislativa do Amazonas:** Dermi Melo (titular), Heider Bayma de Araújo (suplente);
35 **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA):** Carlos Flávio Wallace
36 da Silva (titular), Carolina de Jesus Cândido Neves (suplente); **Instituto Geográfico**
37 **e Histórico do Amazonas (IGHA):** Abraham Sena Baze (titular), José Maria Pinto de
38 Figueiredo (suplente); e **Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Amazonas**

39 (IAB-AM): Humberto Dias Ferreira Barata Neto (titular), José Augusto Bessa
40 (suplente) – tendo todos assinados o livro de presença e posse. **O PRESIDENTE**
41 concedeu a palavra aos empossados para que, caso quisessem, se manifestar.
42 Pediu a voz o representante titular do IGHA, **dr. Abrahim Baze**, o qual manifestou
43 que participa com o intuito de contribuir para as decisões do Conselho, sendo um
44 assunto que muito lhe interessa, particularmente, tendo organizado estudos e
45 pesquisas sobre o tema, além de livros. Em seguida, foi concedida a voz a
46 representante titular do IPHAN, **conselheira Karla Bitar**, a qual parabenizou a
47 Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – com a qual seu Instituto tem
48 uma parceira forte e intensa – pela iniciativa e cumprimentou os demais nobres
49 conselheiros, que representam várias entidades importantes no Amazonas,
50 ressaltando a importância desse Conselho para a sociedade brasileira, e que estará
51 dedicada a cumprir a função do COPHAM. Ao pedir a voz, a representante titular da
52 UEA, **conselheira Eneila Almeida** cumprimentou os presentes e reverenciou a
53 tecnologia que lhe permitiu estar presente virtualmente, que se sente feliz em fazer
54 parte desse coletivo, destacando que já iniciou a leitura das normas visando
55 compreender as missões e poder iniciar o processo dialógico para alcançar os fins
56 do Conselho. Na sequência, a representante titular da DPH/SEC, **conselheira**
57 **Regina Lobato**, tomou a voz para agradecer e dizer que o seu departamento trata
58 diretamente com os tombamentos, colocando-o à disposição dos conselheiros para
59 auxiliar em qualquer dificuldade que esses encontrem, solicitando ainda, o apoio de
60 todos no andamento dos processos. Assumiu a voz a representante titular da UFAM,
61 **conselheira Rosemara de Barros Staub**, para exprimir a sua satisfação e alegria
62 com que recebe a missão de compor o Conselho, ratificando que a sua Universidade
63 se sente satisfeita em participar para contribuir, salvaguardar e cuidar de tudo que é
64 muito caro à sociedade, agradecendo ao Presidente e os demais conselheiros,
65 rogando que possam ter uma missão profícua. Acompanhando a fala da titular, a
66 representante suplente da UFAM, **conselheira Priscila Maisel**, ratifica que a titular
67 da cadeira disse e se colocou à disposição de todos. O representante titular do
68 CREA/AM, **conselheiro Carlos Flávio da Silva**, assumindo a voz, agradeceu ao
69 Presidente e disse que estará à disposição de todos para continuar o trabalho que
70 foi paralisado no passado. Sem mais manifestações, o **PRESIDENTE** retomou a
71 pauta; **B) ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES. O PRESIDENTE**
72 informa que na sugestão de Regimento Interno está indicada a periodicidade mensal
73 das reuniões e ratifica ser essa uma boa periodicidade para o bom desenvolvimento
74 dos trabalhos do Conselho. Sem manifestações, passou-se a se deliberar sobre as
75 datas das reuniões com o presidente concedendo a voz ao plenário o qual, após as
76 considerações de todos e sem um consenso geral, estabeleceram que o calendário
77 com as datas das reuniões ordinárias será reanalisado na próxima reunião, sendo
78 aprovada, pela maioria, apenas a data da próxima ordinária, para ocorrer na primeira
79 quarta-feira do mês, dia 5 de maio de 2021, às 14h, com duração de uma hora; **C)**
80 **DELIBERAÇÃO SOBRE O REGIMENTO INTERNO SUGERIDO.** Em face da
81 inexistência de um Regimento interno vigente, o **PRESIDENTE** abriu uma discussão

82 sobre a sugestão de Regimento Interno encaminhado aos conselheiros visando
83 atender ao art. 7, do Decreto 25.978/06. Apresentou alguns ajustes realizados após
84 o envio da minuta sugerida do Regimento, para conhecimento de todos. Abriu a voz
85 ao Plenário o qual não apresentou objeções ou sugestões. Assim, foi colocado em
86 votação sendo aprovado por unanimidade pelos presentes. O **PRESIDENTE**
87 informou que com a aprovação do Regimento Interno, as próximas sessões seguirão
88 os ritos ali definidos, convocando, desde já, a eleição do vice-presidente para a
89 próxima reunião ordinária, onde também será apresentada a pessoa responsável
90 pela Secretaria Geral do COPHAM, a ser indicada pela Secretaria de Estado de
91 Cultura e Economia Criativa, passando-se ao próximo tópico; **D) ANÁLISE DOS**
92 **PROCESSOS DE TOMBAMENTO QUE ESTÃO NA SECRETARIA DE ESTADO**
93 **DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA – SEC.** O **PRESIDENTE** informou que a
94 retomada das atividade do COPHAM visa à necessidade de resgate do Sistema
95 Estadual de Cultura, onde consta este Conselho, o qual se encontra incluído no
96 organograma da SEC, e que na ausência de atividades do COPHAM, a Secretaria
97 se deparou com algumas demanda onde tiveram que decidir de forma monocrática,
98 visto dificuldades até mesmo com a ALEAM, a quem sempre a SEC remete um
99 laudo de resposta que sua equipe emite para todos os tombamentos que receberam
100 parecer contrário. Com relação ao bem imaterial, a própria ALEAM tem feito alguns
101 tombamentos. Sabe-se que tais procedimentos ampliam a responsabilidade do
102 Estado. Com o COPHAM, tudo será abraçado com mais cuidado de uma forma mais
103 ampla e legítima, com uma seleção mais adequada e melhor titulação, passando a
104 legitimidade de tais atos, até quanto ao que é patrimônio histórico e patrimônio
105 imaterial, sendo que ambos seguem critérios específicos. Um exemplo é uma banda
106 carnavalesca histórica da nossa cidade, que consultou o Secretário sobre as
107 responsabilidades que a SEC teria com ela como patrimônio imaterial, o qual
108 poderia desqualifica-la e sendo necessária a precisa análise e parecer pelo
109 COPHAM, sendo trazido ao debate quanto a tal situação. Recentemente, tivemos a
110 questão do leilão da sede do Rio Negro, o qual foi comprado pelo preço de um
111 apartamento de luxo no bairro Ponta Negra, o que é irrisório não só quanto à
112 localização e a composição física do complexo social e esportivo, mas quanto ao
113 seu valor histórico. Nesse caso específico, a SEC atuou de forma indireta, pois foi
114 identificado que o processo de tombamento se encontrava na DPH/SEC desde
115 2011, e se fez uma provocação junto a Casa Civil. Paralelamente, foi conversado
116 com o Secretário de Cultura da época, Sr. Robério Braga, o qual informou que ficou
117 pendente por falta de documentação. É sabido que houve um tombamento
118 municipal, porém eles não se substituem. Inclusive foi consultado o IPHAN, naquele
119 momento, através da **conselheira Karla Bitar**, sobre alternativas que fossem
120 pensadas em conjunto para que se iniciassem procedimentos visando o
121 tombamento e sobre meios para a reversão do leilão do TRT (Tribunal Regional do
122 Trabalho). Há a situação do Ideal Clube, que se encontra com processo de
123 tombamento e precisa ser analisado pelo COPHAM para se dar andamento. O
124 objetivo é evitar ocorrer o que aconteceu com a Santa Casa de Misericórdia, que

125 hoje é propriedade da FAMETRO, adquirida por meio de leilão, e está sendo
126 reformada sem fiscalização do Estado, pois não há o tombamento estadual, apenas
127 municipal e federal. Então, esses dois processos – Rio Negro Clube e Ideal Clube –
128 serão os processos piloto para início dos trabalhos. Ao ser questionado sobre o Ideal
129 Clube, o **PRESIDENTE** informou que esse imóvel não corre risco de ser leilado,
130 mas está com problemas estruturais que precisam ser sanados. Informa que foi
131 conversado com um dos sócios beneméritos e está sendo feito algumas coisas
132 mínimas, com valores mais baixos, visto a verba irrisória que eles têm no momento.
133 Disse ainda que estão na lista para tombamento, além dos dois citados, a Casa da
134 Cultura; o Colégio Dom Bosco; o Colégio Santa Dorotéia; o Hotel Cassina (Cabaré
135 Chinelo); o Instituto de Educação do Amazonas – IEA; a Loja Maçônica Esperança e
136 Porvir; a Loja Maçônica Rio Negro; o Paço Municipal; o Prédio Institucional SUCAM
137 (Palacete Eduardo Ribeiro); a Sede do Comando do 9º Distrito Naval da Amazônia
138 Ocidental e o Teatro da Instalação. **E) ATUALIZAÇÃO DOS TOMBAMENTOS**
139 **(REALIZADOS E EM ANDAMENTO) DA SECRETARIA DE CULTURA E**
140 **ECONOMIA CRIATIVA - SEC.** Dando continuidade, o Presidente informa que o
141 mandato dessa gestão vai de abril de 2021 a abril de 2023 e que até lá a cada
142 agenda seja resgatada a importância e a relevância dos tombamentos, levantando
143 toda a documentação legal para isso – pois ela já existe e só não está sendo usada
144 adequadamente – e que, futuramente, seja estendido ao patrimônio imaterial. Assim,
145 quando a ALEAM enviar essas demandas, ao invés dos técnicos da SEC
146 elaborarem o parecer, que esse Conselho o faça, corroborando ainda, com
147 sugestões. Pede a palavra a **conselheira Karla Bitar** para tecer duas
148 considerações: o patrimônio imaterial que já temos e que já se encontram
149 registrados no IPHAN – como o boi bumbá – mas que realmente é uma pena esses
150 registros estarem saindo assim, a cada momento, sem critérios técnicos, que são
151 necessários para ir além do registro. Que ela sente falta do ato do registro no âmbito
152 estadual e municipal, de um plano de sustentabilidade, plano de salvaguardar, e que
153 o COPHAM possa conversar sobre tais assuntos ao longo das suas reuniões, e que,
154 com a parceria do presidente como Secretário de Cultura, esse poderá ir a ALEAM e
155 falar sobre a importância desse reconhecimento e sua relevância, para que não
156 sejam atos meramente políticos, mas de ação. Com relação à sede do Rio Negro
157 Clube, que ele é um imóvel único, que conversou com a **conselheira Regina**
158 **Lobato** e comentou que qualquer intervenção nele é necessária a validação do
159 IPHAN, mas acima de dizer que é um ativo, tem-se que enxergar o imóvel com
160 potencial de uso, sua importância social, e que quando um imóvel é leilado, pode
161 ser um caminho favorável quando se tem boas intenções, quando o comprador é
162 capaz de fazer uma revitalização, e que o Conselho pode tentar entender todos
163 esses valores e cancelar esse tombamento, encerrando as suas considerações.
164 Retomando a palavra, o presidente informou que irá disponibilizar todo o material
165 aos conselheiros, solicitando que seja providenciado o envio dos processos a cada
166 um. Assim, já poderão todos iniciar as suas análises pessoais – tanto material
167 quanto imaterial – e começar a dar andamento nesses processos. Na sequência,

168 disse que a lei de 1982 precisa de atualização e que também solicitará os ajustes e
169 adequações pela equipe técnica para realizar essa atualização da Lei do Conselho
170 de Patrimônio. **Dr. Abrahim Baze** solicita a voz para comentar que sobre a lista de
171 patrimônios em processo de tombamento, que sentiu falta da Grande Loja Maçônica
172 do Amazonas -Nº 2, pois essa Loja, juntamente com as lojas maçônicas constantes
173 na lista – Esperança e Porvir Nº1 e Rio Negro Nº4 – são de extrema importância
174 para a história da abolição da escravidão no Amazonas, pois contribuíram
175 financeiramente para a compra de cartas de alforria de escravos, onde recebiam
176 dinheiro do governo e os direcionava para completar as alforrias dos escravos, que
177 ficavam aguardando o final da sessão para recebê-las dos maçons. Também afirma
178 que tudo que foi realizado está em ata, há história, e tudo culminou com a assinatura
179 da Lei Abolicionista do Amazonas, 24 de abril de 1884, antes da Lei Áurea,
180 acrescenta também que sentiu falta dos prédios do Luso Sporting Club do
181 Amazonas e a Beneficente Portuguesa, que vai completar 150 anos. Quanto à sede
182 do Atlético Rio Negro Clube, informa que desde 2013 há essa questão e que soube
183 que o terreno onde ele se encontra foi doado pelo Estado na época e que fez
184 consultas a especialistas da área técnica, onde lhe foi dito que nessas situações não
185 poderia ter ido a leilão por impedimentos legais, por ser considerado patrimônio do
186 Estado. **O PRESIDENTE** retoma a palavra para solicitar que o conselheiro
187 levantasse a informação se tal doação foi possivelmente um comodato, o que é um
188 ponto a ser levantado, pois poderá ser feita outras intervenções em prol da questão.
189 Pede a voz a **conselheira Regina Lobato**, para dar um posicionamento inicial
190 sobre esse tombamento, informando que há pendência documental, pois a
191 quantidade de documentos necessário para o tombamento muitas vezes é
192 excessiva. Assim, torna-se importante a reunião do COPHAM para que criem novas
193 diretrizes quanto à documentação mínima necessária, discorrendo quais são
194 exigidas atualmente. Nesse sentido, exalta que o ideal é chegar a um meio termo,
195 estabelecendo qual o mínimo necessário para o tombamento visto que no passado
196 tal burocracia para levantamento documental causava empecilhos que inviabilizava
197 atos para se tomar um bem. Talvez se analisar conforme o seu valor para o
198 tombamento, visto que muitos dos bens – como a sede do Rio Negro – não
199 conseguem toda a documentação, pois, no caso dele, existe apenas a planta do
200 clube, o que é muito pouco frente ao complexo existente, o qual já sofreu
201 intervenções e modificações que não foram registradas a contento, o que dificulta o
202 trâmite e análise para o tombamento do prédio, apesar de já haver o tombamento
203 municipal do bem e, também, o da área em que se encontra, pela entidade federal,
204 mas deve tudo ser verificado para não acabar “engessando” partes da sede que
205 poderiam ser “mexidas”. Contribuindo com a fala da **conselheira Regina Lobato**,
206 **dr. Abrahim Baze** informa que o valor do leilão foi de 3 (três) milhões de reais para
207 sanar dívidas trabalhistas, mas que há outras dívidas, sendo o total muito maior, e
208 que quanto à documentação de doação, acredita que tenha uma cópia do D.O.E.
209 que usou em um livro seu e que efetuará o levantamento para acrescentar à
210 documentação desse processo de tombamento, e acredita que o Luso Sporting

211 Club, também foi feito por meio de doação, salvo engano, e que irá levantar tal
212 informação. **O PRESIDENTE** retoma a voz e diz que é necessário um estudo sobre
213 qual seria o inventário mínimo para efetivamente se realizar rapidamente o
214 tombamento dessa sede. **A conselheira Eneila Almeida**, solicita a palavra para
215 trazer ao grupo a informação de que na UEA, há documentos referentes à sede do
216 Rio Negro e que poderão ser levantados. Também fez a leitura da “nota de
217 esclarecimento” emitida pelo Atlético Rio Negro Clube, através do seu presidente,
218 Sr. Jefferson Oliveira, onde informam que ingressaram com uma ação visando
219 provar a nulidade do processo de leilão da sua sede. **A conselheira Karla Bitar**,
220 visando colocar mais algumas reflexões sobre o tema, faz o uso da palavra para
221 dizer que o Rio Negro, assim como outros tombamentos que ocorrerão daqui para
222 frente, não tem somente o valor histórico, tem um valor mais amplo que é o valor
223 cultural, visto que foi se ressignificando e se integrando aquele bem de forma única,
224 conforma a interpretação dada ao longo do tempo pela sociedade. Que o COPHAM,
225 deve olhar e identificar sempre tais valores culturais. Que o bem, como citado pela
226 **conselheira Regina Lobato**, está situado em área acautelada em âmbito federal e
227 municipal também, isso é bem coerente. Que realmente ele está também sob
228 regulamentação do IPHAN e que é um ativo com potencial de uso, como Secretário
229 de Cultura – sempre falam da “guarda compartilhada”, onde todos estão juntos
230 atuando dentro das suas competências e se complementando quando surge alguma
231 “brecha” não vista pelo outro ente, e isso é muito importante no âmbito dos bens
232 culturais visando esse conjunto de ações para a sustentabilidade do bem. Ratifica
233 seu apoio à ida do Presidente à ALEAM para levar um protocolo com o apoio do
234 IPHAN. Retomando a palavra, **o PRESIDENTE** informa que encaminhará os critérios
235 para tombamento, que estão baseados na Lei nº 1.529/82, e que será feita uma
236 análise e eventuais necessidades de ajustes. Informa que na próxima reunião, se
237 possível, possamos deliberar sobre o andamento dos processos de tombamento
238 desses bens, solicitando que o pessoal de apoio disponibilize todos os processos de
239 tombamento na forma digital, caso haja meios para isso. **F) ASSUNTOS GERAIS**
240 **DE INTERESSE DO CONSELHO TRAZIDOS PELOS CONSELHEIROS, SEM**
241 **CARÁTER DELIBERATIVO.** **O PRESIDENTE** abriu a palavra ao plenário sobre
242 algum assunto de interesse a ser comentado. **O conselheiro Carlos Flávio**,
243 recomentou a revisão da Lei nº 1.529/82, bem como do seu Decreto, para que
244 fiquem atualizados com o momento presente. Também pede que o nome e contato
245 dos conselheiros sejam disponibilizados, propondo inclusive com grupo virtual para a
246 interação de todos. **A conselheira Karla Bitar**, solicita que as informações do Rio
247 Negro Clube e do Ideal Clube, sejam compartilhadas com o IPHAN para que seja
248 analisado por eles visando também cancelar as decisões deste Conselho. **Dr.**
249 **Abrahim Baze**, pede informações de como a Beneficente Portuguesa pode solicitar
250 seu tombamento. **A conselheira Regina Lobato**, em resposta ao questionamento,
251 informa que qualquer pessoa poderá fazer tal provocação por meio de um simples
252 expediente ao COPHAM. Também pede a revisão da Lei, concordando com o
253 pedido do **conselheiro Carlos Flávio**, principalmente que seja definido um

254 inventário mínimo pelo COPHAM para que possa ser analisado e discutido a
255 proposta de tombamento. Sem mais manifestações, o **PRESIDENTE**, retoma a
256 palavra para dizer que o COPHAM terá, conforme o Regimento Interno aprovado, o
257 apoio técnico e o recurso de pessoal cedidos da SEC. Porém, pede certa paciência,
258 pois se encontra com sua equipe técnica reduzida e limitada, frente à ocorrência da
259 pandemia, e que há uma demanda represada. Que a partir desta sessão se possa
260 construir as pautas futuras. Pede à equipe que providencie digitalização de todos os
261 processos de tombamento para encaminhamento aos conselheiros, mesmo que não
262 haja processos formalizados, mas que tenham toda a documentação existente
263 disponível para os conselheiros. Solicita à equipe que providencie a criação do
264 grupo virtual solicitado e que atuem no sentido de iniciar o processo de criação das
265 Câmaras Setoriais junto aos conselheiros para que se comece já trabalhando com
266 alguma metodologia. Informa ainda, que os representantes da Amazonastur foram
267 exonerados e que haverá uma nova indicação, já nos termos do Regimento Interno
268 aprovado, os quais espera que já tomem posse na próxima sessão, encerando a sua
269 fala. Assim, sem mais manifesto ou assunto para ser tratado, agradeceu a presença
270 de todos e deu por encerrada a 1ª sessão ordinária, determinando que seja
271 encaminhada aos conselheiros para leitura e aprovada no expediente da próxima
272 reunião, sendo após, encaminhada para arquivamento na Secretaria Geral do
273 COPHAM visando o registro nos anais do Conselho.

MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAUJO
Presidente - 1ª Sessão Plenária Ordinária

THIAGO HERMIDO DA SILVA
Secretário – 1ª Sessão Plenária Ordinária

LISTA DE PRESENÇA

1. Abrahim Sena Baze – Vice-presidente e Representante Titular do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA
2. Karla Bitar Rodrigues – Representante Titular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
3. Eneila Almeida dos Santos – Representante Titular da Universidade do Estado do Amazonas – UEA
4. Regina Maria Lopes Pereira Lobato – Representante Titular do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - DPH/SEC
5. Rosemara Barros Staub – Representante Titular da Universidade Federal do Amazonas
6. Priscila de Oliveira Pinto Maisel – Representante em exercício da Universidade Federal do Amazonas
7. Carlos Flávio da Silva – Representante Titular da Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – CREA-AM



CONVIDADOS:

8. Fernanda da Silva Frota – Arquitenta
9. Cândido Jeremias Cumaru Neto – Secretário Executivo SEC

EQUIPE COPHAM: Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Symone Farias – Técnica Administrativa; Adrian Santos– Estagiário; Sofia Vasconcelos – Estagiária.

